Transcrição da Teleconferência
Resultados do 4T11
28 de março de 2012

Operador:

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao 4T11. Estão presentes a Presidência da CESP, a Diretoria e assessores.

Informamos que este evento está sendo gravado, e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia. Em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a teleconferência, queira, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando *0.

Perguntas só poderão ser feitas através do telefone. Caso você esteja conectado pelo *webcast,* sua pergunta deverá ser enviada diretamente para a equipe de RI pelo e-mail ricesp@cesp.com.br

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via *webcast*, podendo ser acessado no endereço http://ri.cesp.com.br, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia. Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

Almir Martins:

Bom dia a todos. Sou da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, e conduzirei esta apresentação. Muito obrigado por sua participação na teleconferência da CESP sobre os resultados de 2011.

Encontram-se à mesa o Sr. Mauro Arce, Presidente da CESP, o Sr. Vicente Okazaki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Sr. Mituo Hirota, Diretor de Geração, e o Sr. Mauro Marques, contador da CESP.

Iniciamos nossa apresentação pelo slide número dois, onde demonstramos que as receitas de energia elétrica alcançaram R$3, 375 bilhões, 1,8% superior ao mesmo período de 2010.

As vendas no ambiente de contratação regulada corresponderam a R$2,118 bilhões. No ambiente de contratação livre, as receitas registraram R$1,108 bilhão. Neste segmento, mercado livre, as vendas foram afetadas pela modesta demanda do setor industrial brasileiro e pelos baixos preços praticados no mercado de curto prazo durante todo o ano passado, devido, entre outros fatores, aos confortáveis níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas verificados em 2011. Na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, CCEE, as vendas atingiram R$148milhões.

A receita líquida igualmente registrou aumento de 1,8% em relação a 2010, alcançando R$2,957 bilhões, com deduções à receita de R$421 milhões.

No próximo slide, três, vemos a distribuição da receita da CESP nos três segmentos de comercialização de energia: ambiente de contratação regulada, ambiente de contratação livre e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A maior participação coube ao ambiente de contratação regulada, com 62,8% das vendas, seguido do ambiente de contratação livre, com 32,8%, sendo que a energia de curto prazo, liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, participou com apenas 4,4%.

O slide quatro mostra, à esquerda, a quantidade de energia vendida em MW/h no ano de 2011, uma diminuição de 2,2% comparado a 2010. Ainda assim, a quantidade física de 2011 é 16% superior à garantia física que estamos autorizados pela ANEEL a comercializar em contratos.

O preço médio do MW/h vendido aumentou 4,1%, de R$81,40 em 2010 para R$84,73 em 2011, crescimento decorrente basicamente de atualização de preços contratuais.

Avançando para o slide cinco, pode-se observar que as despesas operacionais apresentaram acréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior, atingindo R$1,771 bilhão. Contribuiu para essa elevação a rubrica Entidade de Previdência a Empregados – CPC 33/IAS 19, que resultou em despesa de R$45,9 milhões em 2011, contra R$56,8 milhões positivos em 2010, decorrente do superávit verificado naquele ano. Houve ainda aumentos em 2011 na conta materiais e serviços de terceiros, ambas por conta do incremento nas atividades de reflorestamento.

Contribuiu positivamente para o nível das despesas operacionais em 2011 o fato de não ter havido gastos com energia comprada, o que havia ocorrido em 2010.

O próximo slide, seis, demonstra o EBITDA, que no ano de 2011 atingiu R$2,043 bilhões, crescimento de 4,4%. E do lado direito do slide, apresentamos a sua composição para melhor entendimento.

O slide número sete mostra o comportamento das provisões para riscos legais. Pode-se verificar, partindo da posição de 31 de dezembro de 2010, as novas provisões líquidas e o valor adicional atribuído às provisões anteriormente existentes, tendo havido R$40,4 milhões em desembolsos de caixa com as ações judiciais. Em 2011, o saldo de provisões corresponde a R$1,820 bilhão, um crescimento de 14,6%.

No slide seguinte, oito, vemos que o resultado financeiro de 2011 foi de R$-681 milhões. As receitas financeiras, de R$49,8 milhões, refletem aumento dos rendimentos de aplicações financeiras. Os encargos de dívidas registraram uma redução de 14,4% e totalizaram R$367 milhões, reflexo da diminuição do endividamento da Companhia.

As variações monetárias líquidas, que refletem os índices de inflação, ficaram em R$214,6 milhões no ano. As variações cambiais líquidas, de R$-149,8 milhões, decorreram da desvalorização de 12,6% do Real frente ao USD no ano de 2011, ante R$77,5 milhões em 2010. Do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do USD durante 2011 e sua influência nas despesas.

No slide nove, temos a dívida financeira em 31 de dezembro de 2011, que foi reduzida para R$4,191 bilhões, uma diminuição de 6,7% na comparação com 2010. Na mesma data, as disponibilidades eram de R$445 milhões, com a dívida líquida totalizando R$3,746 bilhões, 9,7% inferior ao ano de 2010.

O slide dez demonstra o perfil do vencimento da dívida para os anos seguintes, com destaque para os anos de 2013 e 2015. Em agosto de 2013, teremos o vencimento da série número sete das notas de médio prazo, no montante de principal de US$220 milhões. Em janeiro de 2015, teremos o vencimento da série oito das mesmas notas, emitida em Reais, saldo em 31 de dezembro de 2011 da ordem de R$960 milhões de principal.

Não há previsão de emissão de dívida durante este ano de 2012, sendo o fluxo de caixa da Companhia suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos.

O slide seguinte, número 11, mostra a proposta de destinação de resultado e distribuição de dividendos. Ao lucro líquido do exercício, de R$108,6 milhões, está sendo deduzida a reserva legal prevista na lei das sociedades por ações, e acrescidas as realizações de duas reservas: a realização do ajuste de avaliação patrimonial, de R$199,5 milhões, e a realização da reserva de lucros a realizar de R$162,7 milhões, resultando em dividendos a distribuir no valor de R$465,4 milhões. Desse total, estão sendo deduzidos os juros sobre o capital próprio já pagos anteriormente, no valor de R$75 milhões.

A proposta da Administração à Assembleia Geral de Acionistas, prevista para ocorrer no próximo dia 24 de abril, estabelece que o valor líquido de R$390,4 milhões seja

pago em duas parcelas, sendo a primeira de R$160 milhões, até 30 de junho deste ano, e o restante até 30 de setembro deste ano.

Com isso concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos, e abrimos a reunião para a sessão de perguntas e respostas.

Sergio Tamashiro, Banco Safra:

Bom dia a todos. Eu tenho uma pergunta específica sobre o gerenciamento de caixa da Empresa. Vocês mostraram aqui uma boa geração, mas tem o vencimento de dívidas, principalmente até 2015. Eu queria entender se vocês já estão começando a conversa com esses credores, ou basicamente se elas ficarão para depois da definição da renovação das concessões. E grande parte está exigindo que toda essa dívida seja paga até 2015. Então, complementarmente, como está esse andamento da negociação com a renovação das concessões? Nós ouvimos muitos rumores, preços de 45, manutenção dos preços atuais. Queria saber mais para qual lado estão indo essas negociações.

CESP:

Bom dia, Tamashiro. Com relação ao que vai vencer realmente, como foi dito aqui na conferência, em 2013 vence o bônus da série sete, e em 2015 aquele bônus que fizemos em Reais.

Logo no início da nossa gestão, percebemos que o mercado estava propício a fazer uma operação de um *liability* médio. O problema era que ainda não tínhamos a definição quanto às concessões. Logo percebemos, no 2S11, que houve uma inversão na situação financeira mundial e o mercado de forma geral fechou, e nós estamos aguardando.

Hoje eu estaria aguardando uma melhora no mercado, e consequentemente, tendo uma notícia, uma novidade com relação às concessões, já nos movimentaremos para fazer um *liability,* um planejamento dessas duas grandes operações.

Sergio Tamashiro:

Mas então, agora preventivamente, enquanto não tiver essa solução, vocês pagarão o dividendo mínimo?

CESP:

Sim, o legal que nós estamos pagando. Inclusive, você pode verificar, porque em 2015 vencem as concessões. Essa de 2013, de série sete, está dentro, bem como esse de 2015, como é no começo de 2015, já teremos que mexer tão logo no mercado abra uma janela nesse título.

Sergio Tamashiro:

OK.

Lilyanna Yang, UBS:

Obrigada pelo *call*. A minha pergunta é referente à venda da energia dos contratos que estão expirando agora em 2013, 2014, e 2015, se vocês já estão se movimentando e fazendo venda de contratos de curto prazo, ou se a ideia é realmente aguardar e ficar mais expostos ao que seria esse aumento de custo no preço spot. E se vocês podem dar uma indicação de como vocês veem preço de energia no mercado. Obrigada.

Mauro Arce:

Lilyanna, bom dia. Nós temos dois aspectos. Toda a energia que nós comercializamos no mercado livre é suportada pelas concessões que não vencerão. Com relação a isso, estamos tranquilos.

Com relação à compensação do mercado livre, dia 31 de dezembro deste ano termina um dos contratos com as distribuidoras, varias delas, que é fruto do primeiro leilão que foi realizado em dezembro de 2004, em torno de 600 MW.

Então, o que nós estamos buscando agora, primeiro nós estamos chegando a um momento em que é importante saber o que vai acontecer em relação às concessões, e nós estamos confiantes de que essas concessões serão prorrogadas. O problema é saber que eventual ônus ou outorga teria que se pagar por isso. Essa é uma preocupação.

A outra, eu inclusive estou consultando, como termina dia 31 de dezembro esse contrato de 600 MW, a minha pergunta é a seguinte: eu posso vender essa energia em um mercado qualquer, para quem queira comprar a partir de 1º de janeiro de 2013 até o dia 07 de julho de 2015?

Nós vamos nos mexer, e cada vez mais nós temos feito com bastante freqüência, no sentido de que está chegando um momento em que a decisão, qualquer que seja, é importante para que possamos continuar trabalhando na Empresa, e evidentemente cumprindo a nossa missão de gerar energia, não para o Estado de São Paulo, mas para o sistema interligado do Brasil.

Lilyanna Yang:

OK. Perfeito. E vocês veem, nessa sondagem em termos de preço de energia no mercado, algo muito descolado do que é preço spot. Qual é a tendência? Ou vocês ainda não têm uma noção de como isso está mudando no curto prazo? Obrigada.

Mauro Arce:

Isso foi uma consequência do que aconteceu no ano passado, que na apresentação do Vicente foi mostrado. Nós tivemos um ano muito úmido e o custo de curto prazo muito baixo, e algumas licitações de novas plantas que foram feitas induziram a que parecesse que a energia será barata. Isso é uma coisa que aconteceu conjunturalmente.

Hoje o PLD já está 137, refletindo uma situação mais normal do que aconteceu ano passado. O que nós temos feito quando temos sobra de energia, nós fizemos alguns leilões de PLD mais um ágio, um preço sobre PLD.

E o que eu queria colocar é o seguinte: a tendência do sistema elétrico brasileiro é ter o custo marginal crescente, porque as novas usinas que estão sendo implementadas na Amazônia, por exemplo, não têm reservatório. Portanto, precisam de uma reserva de outras fontes para garantir que mesmo em um período de seca o conjunto das usinas atenda o mercado.

O número daquilo que chamamos de energia não regulada, e aí estou citando hidrelétrica sem reservatório, eólica, biomassa, que depende muito de sazonalidade, isso impõe um risco adicional e só existe uma forma de reduzir risco de abastecimento, que é com maior investimento.

Então, a tendência estrutural é que o custo marginal continue sendo crescente. Claro que vai depender também, essa coisa de comparar preço aqui com preço lá fora é muito influenciada pela variação do USD. Por exemplo, agora, já que o USD se valorizou perante o Real, ninguém mais está fazendo a comparação, porque ela passa a ser negativa. Quando estava a R$1,55 era fácil falar “no Canadá a energia hidráulica é bem mais barata”. Agora já não é mais, nós estamos empatados com o Canadá.

O nosso excesso, além da concessão de Jupiá e Ilha Solteira, está colocado no mercado, e o que for liberado desses contratos do mercado regulado, isso que precisa de uma definição, e essa definição está cada vez mais próxima.

A lei permite, quando você ainda não tem 50 anos de uma concessão, ela diz que você tem que pedir a prorrogação com três anos de antecedência. Isso é uma data também importante. Se formos seguir, dizer que vamos dar mais 20 anos, ou X anos, seguindo a lei que existe hoje, que é razoável, porque implica em dados, implica em revisão até de licenças ambientais etc., que peçamos com três anos. Três anos antes do final da concessão é o dia 7 de julho de 2012, o ano estamos vivendo.

Lilyanna Yang:

Perfeito. Obrigada.

Sandra Boente, Deutsche Bank:

Obrigada. Bom dia. Eu tenho uma pergunta rápida: qual é o montante da energia que está acabando agora em 2012, dos contratos que estão acabando agora em 2012? E qual é o plano de recontratação? Tem algum, vocês podem passar alguma coisa? Com a regulação que temos hoje, qual é a visão?

Mauro Arce:

A primeira parte, são 600 MW, que terminam em 31 de dezembro de 2012.

Você pode repetir a segunda parte, por favor?

Sandra Boente:

Qual seria a ideia com esta energia a partir de 2012? Não pode contratar em um cenário que ainda não tem uma decisão definitiva, ou uma regulação específica para renovação das concessões. O plano, então, é vender no mercado spot? Qual é a ideia?

Mauro Arce:

Com relação, por exemplo, a essa energia que será liberada, que fica descontratada a partir de 31 de dezembro, se ela fosse toda no mercado livre, enquanto a concessão estiver vigorando, ou até mais do que vigorando, porque às vezes você pede a concessão e demora, enquanto você não tem uma resposta, a concessão continua vigorando.

Se fosse no mercado livre, poderíamos automaticamente fazer um leilão e vender essa energia no mercado livre. Como ela está contratada no mercado regulado, é exatamente isso que, não como forma de pressão, mas como forma de orientação, precisamos saber o seguinte: por exemplo, negociar com a distribuidora não é possível, porque o mercado cativo, o mercado regulado tem outro procedimento. Mas, por exemplo, se tiver mercado, eu posso fazer um leilão dessa energia a partir de agora, para fornecimento a partir de 1º de janeiro de 2013?

É isso que estamos procurando saber agora. E evidentemente, essa resposta é muito difícil de ser dada, mas do ponto de vista legal, a energia é do concessionário até o dia 7 de julho de 2015.

Sandra Boente:

Então, provavelmente o que você faria seria um leilão privado para clientes livres, talvez de 12 meses, ou ainda menor que isso? Não sei qual seria a estratégia comercial lá.

Mauro Arce:

Nós faremos uma consulta inicialmente informal, porque esse processo é complexo, e qualquer ruído que entre não ajuda. É uma decisão complicada. Existem interesses conflitantes de partes, de representantes de indústrias etc. Então, nós não queremos falar nada, “nós vamos adotar isso”.

Nós vamos informar que vai terminar o contrato, 600 MW; eu tenho concessão até o dia 15, o que eu posso fazer com essa energia? Eu posso abrir um leilão; o leilão vai definir, porque o leilão do mercado regulado foi feito pelo poder concedente, e não um leilão aberto, como são os leilões que fazemos para fornecimento de energia no mercado livre. Essa é a resposta que nós temos que ter o mais rápido possível, porque também não dá para esperar vencer os contratos para ver o que vamos fazer no dia 1º de janeiro de 2013.

Sandra Boente:

Como está a energia?

Mauro Arce:

Essa energia de 600 MW, é da CESP, tem outros; esse pacote de energia, que hoje está atendendo ao mercado regulado, será necessária. Não existe possibilidade dele, na quantidade em que está, ser substituído por outras fontes que não aquelas que participaram dos leilões a partir de 2004. Naquela ocasião foi feito um contrato de oito anos.

Sandra Boente:

Perfeito. Obrigada. E uma última pergunta, referente a dividendos: este ano você tem dividendo declarado bem alto. Isso é sustentável para os próximos anos, pagar das reservas do capital? Por quanto tempo você acha que é sustentável este nível de dividendos?

CESP:

Perdão, pode repetir? Eu não entendi a primeira parte da pergunta.

Sandra Boente:

O dividendo que foi anunciado é muito alto se comparado ao lucro do ano. Então, este nível de dividendos que está sendo pago das reservas do capital, por quanto tempo é sustentável?

CESP:

Vamos por parte. Esse dividendo que anunciamos que vamos pagar em duas partes compõe-se do resultado de 2011, de R$108 milhões, deduz-se os 5% da reserva legal, tem R$199,5 milhões, quase R$200 milhões referentes à reavaliação do nosso ativo, IFRS, que estamos recompondo para os acionistas, na forma de patrimonial, e tem uma composição de R$162,7 milhões referente àquele lucro econômico em 2009, quando tivemos um ganho de quase R$580 milhões pela variação cambial positiva.

Esse valor de R$580 milhões obedeceu uma curva de pagamento de acordo com o nosso serviço da dívida. Em 2011 nós pagamos um valor de R$200 milhões de empréstimo; então, para este valor nós estamos pagando este ano no valor de R$162 milhões. Para o ano que vem, é um valor previsto de R$46 milhões. Para 2014, R$170 milhões, e assim por diante.

Então, é por isso que dando esse valor alto, de R$465 milhões, que deduzida aquela parte de R$75 milhões que pagamos de juros sobre capital próprio, o adiantamento, então restaram os R$390 milhões, que pagaremos R$160 milhões em junho e o restante em setembro deste ano.

Sandra Boente:

Perfeito. Muito obrigada.

Eduardo Gomide, HSBC:

Bom dia. Minha pergunta é sobre a contratação de potência adicional nas usinas hidrelétricas existentes, dado que a ANEEL está desenvolvendo uma resolução para possibilitar essa contratação. Qual é a expectativa de vocês em relação a isso, principalmente em relação a Ilha Solteira? E qual seriam o prazo e o CAPEX no caso de contratação de potência adicional?

CESP:

Poderia repetir? Eu entendi a segunda parte, mas a primeira parte eu não entendi.

Eduardo Gomide:

Desculpe. A minha pergunta é sobre contratação de potência adicional nas usinas hidrelétricas existentes. A ANEEL está desenvolvendo uma resolução para possibilitar essa contratação de potência adicional. Qual é a expectativa de vocês, principalmente em relação a Ilha Solteira? Sabemos que há uma possibilidade de contratação de potência adicional. E qual seria o CAPEX disso?

Mauro Arce:

Na realidade, não é Ilha Solteira. Nós temos três locais para instalar máquina em Três Irmãos, e quatro em Porto Primavera. O que é mais falado é Três Irmãos, e tem dois aspectos: em Três Irmãos nós sabemos que para instalar mais duas máquinas lá custará R$650 milhões, R$700 milhões; tem que verificar se tem que abrir um reforço também de transmissão, porque você tem um acréscimo de potência e as linhas precisam pelo menos passar por uma avaliação, e provavelmente elas precisam ser ampliadas. Não sabemos quanto, mas tem um valor adicional.

E evidentemente, quanto será pago por essa ponta, que receita nós receberíamos por isso, para que nós possamos montar um projeto. Vai depender exatamente, por um lado, do investimento a ser feito, que no caso da CESP seria só a geração, uns R$650 milhões a R$700 milhões; e o outro é exatamente o que eles estão oferecendo em contrapartida, que tarifa nós receberíamos.

Eduardo Gomide:

OK. Obrigado.

Ana Flávia Rocha, Reuters:

Bom dia. Queria fazer uma pergunta para o Mauro: você se referiu a essa energia, me parece que de 600 MW em contratos que vencem no fim do ano, e eu queria saber qual é o limite de tempo que vocês estão trabalhando para decidir o que de fato vão fazer com essa energia. Porque, como você falou, até que ocorra de fato a decisão

sobre as concessões, e o que vai acontecer, se renovada ou não, vocês têm o direito a continuar com essa usina e com a energia dela. Então, qual seria o limite de tempo para decidir o que vai ser feito com esses 600 MW? E eu queria só confirmar: é 600 MW médios?

Mauro Arce:

Ana Flávia, bom dia. Nós vamos consultar ainda, em termos de informar sobre isso, o Ministério, fazer este tipo de pergunta que você fez. Mas eu acredito que vá haver uma solução antes do dia 31 de dezembro. Até porque, como falei anteriormente, essa energia não é só da CESP, tem outras empresas envolvidas aí com o mesmo problema da CESP. É o caso da Chesf, por exemplo, é o caso um pouco da Copel, um pouco da Cemig, de Furnas. Essa energia, no meu entender, vai continuar sendo necessária para atender o mercado que ela está atendendo hoje, o mercado regular, o mercado cativo.

Mas, de qualquer forma, é complicado. Eu vou terminar 600 MW. Tem o mercado regulado e o mercado cativo. O que posso fazer, uma vez que a concessão nos garanta que possamos comercializar essa energia até a data de 6 de julho de 2015? Então, uma solução para este assunto obrigatoriamente tem que chegar.

Evidentemente, como você bem colocou, se deixar para a última hora e falar "Agora você pode vender no mercado livre", vai ficar mais difícil. Por isso estamos preocupados em ter uma resposta o mais rápido possível.

Ana Flávia Rocha:

Só para complementar, então, vocês vão esperar até 31 de dezembro, é isso?

Mauro Arce:

Não, eu já estou fazendo consultas, ainda dizendo "vocês pensaram nisso? Como nós vamos fazer?". Porque o tempo está chegando, e chega um momento que tem que ter uma solução.

Vamos supor, o que eu não acredito que vá acontecer: dia 31 de julho nós vamos licitar as novas concessões, e nesse período, até 7 de julho de 2015 daria tempo para fazer; que é o que a lei atual fala. Tudo está caminhando para uma prorrogação.

Mas antes disso, dessa prorrogação, tem problemas imediatos, que já começam a ocorrer. Eu não tenho contrato para fornecer energia além de 31 de dezembro de 2012. Nem eu, nem a Chesf. Nós não sabemos o que vai ser feito.

Com relação ao valor, é 600 MW médios, mesmo.

Ana Flávia Rocha:

E é só de vocês mesmo, não é?

Mauro Arce:

Só nosso. Esse contrato todo deve ter 9.000 MW, mais ou menos.

Ana Flávia Rocha:

OK. Obrigada.

Alexandre Canazio, Canal Energia:

Boa tarde. Queria tirar uma dúvida: essa energia que está vencendo agora deveria ser contratada no leilão A-1, não é? O leilão A-1, que vai acontecer no final deste ano. Normalmente, a energia pode ser contratada para o mercado de distribuição nesse leilão. Vocês não estão trabalhando com esse leilão? Porque vocês não o citaram, nem essa possibilidade para recontratação dessa energia.

Mauro Arce:

Na realidade nós não temos isso de "será no leilão A-1". Foi um leilão especial, então nós vamos aguardar, e estamos ansiosos, e fazendo a pergunta: o que nós vamos fazer? Mas não tem uma definição clara no leilão A-1. Pode até ser que eles coloquem, mas não sei. Porque é um pacote grande, são 9.000 MW médios vencendo nessa data.

Alexandre Canazio:

Entendi. Então, vocês querem uma coisa mais clara do Governo de como será feita essa contratação da energia para poder se movimentar? Essa previsão automática de ser no leilão A-1, vocês não acham que dê essa segurança necessária?

Mauro Arce:

O ponto é que isso não está definido. Inclusive, eu acho que essa definição, a coisa mais difícil de saber é o que nós vamos fazer com as concessões? Porque, de qualquer forma, se não tiver uma solução para as concessões, esses contratos, para a maioria das empresas, no caso da CESP, 600 MW você tem um período até 7 de julho de 2015, que é até quando vai nossa concessão. Então, nós dependemos exatamente de uma definição.

Sabemos da dificuldade, sabemos que para mexer nisso precisa mexer na legislação, tem Congresso envolvido etc. Então, é difícil ter uma definição de "nós achamos que será no A-1". Nós estamos buscando essa resposta, também.

Alexandre Canazio:

Entendi. Obrigado.

Ana Flávia Rocha, Reuters:

Se eu puder fazer mais uma pergunta para complementar: há um tempo vocês trabalhavam mesmo com a expectativa de ter alguma decisão sobre as concessões, até para saber o que vai acontecer com essa energia que está entrando no fim do ano, vocês trabalhavam com um prazo de que isso acontecesse até junho, julho deste ano. Queria saber se a expectativa está mantida.

E ainda em relação aos 600 MW que vencem, vocês disseram que iriam fazer uma consulta ao Governo, pelo que eu entendi. Já fizeram essa consulta, já estão em conversa? Ou pretendem fazer quando?

Mauro Arce:

Nós continuamos achando que o prazo de julho... Até porque, na lei atual, que permite a prorrogação, como no caso dessas oficinas que nós estamos nos referindo, mas se fossem usinas que ainda tivessem tempo até os 50 anos, nós teríamos que fazer o pedido com três anos de antecedência. Por isso essa data.

E a outra é porque realmente esse problema da energia cujos contratos terminam agora, dia 31 de dezembro deste ano, tem uma implicação direta com isso. Se eu tiver a expectativa de que nós teremos a prorrogação, o contrato pode ser feito dentro do novo prazo de concessão. Senão, seguramente, nós só poderemos fazer um contrato até a data de 7 de julho de 2015.

Nós estamos fazendo ainda a consulta verbal, ouvindo as pessoas; estamos fazendo isso, temos que conversar. Ontem não pude, mas vou conversar hoje com algumas pessoas para ver o que eles estão pensando sobre isso.

Eu sinto que existe uma preocupação, não só do nosso lado, e tenho que falar do empenho do Ministério de Minas e Energia, da ANEEL, da própria EPE, de todo mundo que está envolvido no processo para dar uma solução para isso.

Ana Flavia Rocha:

Mas a consulta é com o Governo mesmo, ou vocês estão consultando...

Mauro Arce:

A consulta está chegando. Como vamos fazer? Tem algumas coisas que são inalienáveis. O direito de ter a concessão até 7 de julho de 2015 é assegurado. Mesmo que não haja prorrogação, essa energia pertence à concessão da CESP naquelas duas usinas. Esse é um fato.

E aí, o que posso fazer com essa energia? O que nós esperamos é que o problema seja resolvido no seu todo. Se vai haver uma prorrogação, se a prorrogação vai custa X, Y ou Z, e nós vamos avaliar essa posição; e isso aqui é geral, é individual para cada empresa, cada empresa tem um problema especial. Algumas têm muito investimento já para fazer, novos; participaram de outros projetos. Não é o caso da CESP, mas a CESP tem um passivo ambiental, civil etc.

Então, realmente é um momento importante, e em vez de começarmos a colocar coisas como "vou fazer um ofício e mandar", prefiro anteriormente saber o que está sendo feito, se pensaram nisso; trocar uma ideia com as pessoas, com quem nós temos um diálogo muito bom. Eu queria colocar isso de forma muito clara.

Ana Flávia Rocha:

OK. Obrigada.

Operador:

Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Almir Martins:

Agradecemos a participação de todos. Lembrando que as demonstrações financeiras, nosso release de resultados e outras informações estão disponíveis no nosso website de Relações com Investidores, no endereço ri.cesp.com.br, e nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam do final da apresentação. Muito obrigado.

Operador:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Tenham um bom dia.

"Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o website de relações com investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição."